

COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS TROCAS REGIONAIS NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Pereira de Melo
Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O artigo propõe examinar o *déficit* comercial brasileiro nos anos recentes à luz da liberalização das trocas internacionais e dos investimentos externos diretos. Analisa-se a dinâmica das trocas no interior do Mercosul e entre este bloco e países terceiros. As especificidades das trocas intra e extra-regionais no caso brasileiro serão abordadas assim como o papel das multinacionais nesse processo. Os *déficits* da balança comercial brasileira nos anos recentes advêm da sobrevalorização da taxa de câmbio e da rápida abertura das fronteiras. Estes fatos associados ao processo de racionalização do aparelho produtivo contribuem fortemente para os *déficits* comerciais. Observa-se uma dinâmica de “dessubstituição de importação” na qual parte da produção interna é substituída pelas importações.

RÉSUMÉ

L'article examine le déficit de la balance commerciale bresilienne sous l'angle du processus de libéralisation des échanges internationaux et des investissements directs étrangers. On analyse la dynamique des échanges à l'intérieur du Mercosur et entre celui-ci et les pays tiers. Les spécificités des échanges intra-régionaux et extra-régionaux du Brésil seront aussi étudiées ainsi que le rôle des firmes multinationales dans ce processus. Les déficits découlent aussi bien de l'appréciation du taux de change que de l'ouverture rapide des frontières. Ces faits, associés au processus de rationalisation de l'appareil productif, augmentent fortement les déficits commerciaux. On observe une dynamique de “dés substitution d'importation” dans laquelle une partie de la production interne est remplacée par les importations.

Introdução

Os déficits da balança comercial brasileira que advêm parcialmente da sobrevalorização da taxa de câmbio aumentam as importações e contêm as exportações. Eles resultam também da rápida abertura comercial em razão do dismantelamento das barreiras tarifárias e não tarifárias e da diminuição generalizada e unilateral dos direitos alfandegários, os quais conduziram a uma destruição-reestruturação do aparelho produtivo, prevalecendo a destruição sobre a reestruturação. A sobrevalorização da taxa de câmbio, associada ao processo de racionalização do aparelho produtivo, aumenta fortemente os déficits comerciais. No lugar de estimular as exportações com o objetivo de reduzir os déficits, observa-se uma dinâmica de substituição da produção interna pelas importações.

No que se refere às exportações, constata-se que, apesar de certa diversificação em direção aos bens manufaturados de baixo e médio valor agregado, a economia brasileira continua muito dependente das exportações de bens intensivos em recursos naturais. As crises financeiras engendraram fortes movimentos de baixa das cotações das matérias-primas, afetando consideravelmente as economias latino-americanas.

Quando essas economias emergentes são atingidas por uma crise financeira, pode-se constatar uma melhora do saldo comercial. Contudo, este último reflete muito mais uma queda significativa das importações, como conseqüência da recessão causada pela crise, do que um aumento expressivo das exportações consecutivo a uma desvalorização. A especialização dessas economias na produção de bens com fraca intensidade tecnológica não permite clara melhora das exportações, apesar da desvalorização.

A economia brasileira se comporta tanto como cliente quanto concorrente dos países desenvolvidos. Ela é cada vez mais “cliente” de produtos sofisticados, ou seja, que implicam fortes despesas em P&D (bens manufaturados de alto valor agregado), enquanto é “concorrente” de produtos de baixo valor agregado (bens primários e bens manufaturados de baixo e médio valor agregado). Com os países do Mercosul, o Brasil mantém um comércio progressivamente cruzado em diferenciação horizontal baseado na baixa/média qualidade, enquanto pratica com os países desenvolvidos um comércio inter-setorial, exportando produtos primários e importando produtos manufaturados.

Esta configuração resulta em grande parte das estratégias das multinacionais que possuem, atualmente, forte propensão a importar e propensão a exportar principalmente para os outros países do Mercosul. Como resultado, a estratégia de especialização e de complementaridade posta em prática pelas multinacionais a nível regional reforça as exportações e as importações intra-zona.

Para os países cujas economias não estão baseadas no conhecimento, como o Brasil, a liberalização das trocas representou o dismantelamento das vantagens obtidas. Restaram somente as vantagens reveladas *ex-post* ou as vantagens subordinadas aos determinantes de localização das multinacionais.

O artigo propõe examinar o déficit comercial do Brasil nos anos recentes, à luz da liberalização das trocas internacionais e dos investimentos externos diretos. Dessa forma, ele está organizado em três itens. Primeiramente será apresentada a dinâmica das trocas no interior do Mercosul, assim como entre este bloco e os países terceiros. As especificidades das trocas intra-regionais e extra-regionais do Brasil serão em seguida analisadas. Enfim, será abordada a importância das estratégias das firmas multinacionais na formação de déficits comerciais no Brasil.

A Configuração das Trocas Brasileiras no Contexto da Liberalização Comercial

A diferença entre os países desenvolvidos inseridos em uma economia baseada no saber e as economias emergentes da América Latina tecnologicamente retardatárias, tal como a brasileira, favorece não somente o comércio inter-setorial mas também o comércio intra-setorial fundamentado na diferenciação vertical. No caso específico do comércio entre o Brasil e os países membros do Mercosul, notadamente a Argentina, pode-se observar igualmente um comércio intra-setorial baseado na diferenciação horizontal (Fontagné e Freudenberg, 1997 e 1999). As diferentes formas de comércio intra-setorial podem ser visualizadas no Quadro 1.

A existência de uma estrutura industrial especializada na produção de baixa/média qualidade no Brasil permite desenvolver um comércio intra-setorial baseado na baixa qualidade no interior do Mercosul e um comércio inter-setorial com os países desenvolvidos, sendo as importações oriundas dos países desenvolvidos de alta qualidade. O desenvolvimento das trocas da economia brasileira apresenta, portanto, tripla configuração.

A primeira refere-se às trocas em termos de comércio inter-setorial, ou seja, as trocas distinguem-se sensivelmente quanto aos fatores ou ao nível tecnológico. O País exporta os produtos primários enquanto os países desenvolvidos exportam produtos manufaturados.

A segunda está associada ao comércio intra-setorial no qual os produtos são diferenciados verticalmente em razão de fatores tais como as despesas com inovação ou a qualificação da mão-de-obra. Este tipo de troca está relacionado a uma especialização dos países em diferentes variedades de qualidade no interior de um mesmo setor. O País especializa-se e exporta produtos de baixa e média qualidade enquanto importa de alta qualidade.

A terceira diz respeito particularmente às trocas intra-regionais do Brasil com a Argentina e está associada ao comércio intra-setorial de produtos diferenciados horizontalmente. Contudo, diferentemente dos países desenvolvidos onde as trocas cruzadas de produtos efetuam-se baseadas na alta qualidade, trata-se de comércio intra-setorial cruzado de produtos similares entre dois países posicionados na baixa/média qualidade.

Quadro 01
As diferentes formas de comércio intra-industrial

Trocas internacionais	Nível de análise		Denominação
Indústria Têxtil	Indústria	Produto	
M de camisas			Especialização
←	Comércio	Comércio	Internacional
Indústria Automobilística	Inter-industrial	Unívoco	Inter-industrial e
X de automóveis			Horizontal
→		Comércio	
		Unívoco	
Indústria Automobilística			
Produtos Intermediários		Forte Diferença	Comércio cruzado de
X e M de motores	Comércio	De Preço	qualidade (produtos finais
↔	Intra-industrial e		ou intermediários)
Produtos finais	Cruzado		
X e M de veículos		Fraca Diferença	Comércio cruzado de
Particulares		de Preço	variedade (produtos finais
↔			ou intermediários)

Fonte: Fontagné L. e Freudenberg M. (1997)

X: exportações ; M: importações

O primeiro e o terceiro tipos de comércio estão em progressão enquanto o segundo em constante regressão. As estratégias das firmas multinacionais jogam papel importante na instauração dessa dinâmica do comércio brasileiro. A decomposição do comércio internacional em três tipos permite desenhar um balanço das trocas da economia brasileira. Neste sentido, examinaremos as trocas com os países do Mercosul, o que permitirá colocar em evidência a participação do Brasil.

O desenvolvimento das trocas intra-Mercosul e extra-Mercosul

O comércio dos países membros do Mercosul é marcado por duas grandes tendências. A primeira refere-se ao crescimento muito importante dos fluxos no interior do bloco, engendrando um aumento considerável da participação das trocas intra-regionais no comércio total dos países membros. A participação das exportações intra-Mercosul nas exportações totais passou de 11% em 1991 para 22,7% em 1996. Essa tendência segue-se em 1997, ano em que as exportações intra-Mercosul representaram 24,3% das exportações totais. A taxa de crescimento dessas exportações entre 1991 e 1996 foi de 27,3%. Esse crescimento foi consideravelmente influenciado pela performance das trocas entre Argentina e Brasil, os quais sozinhos são responsáveis por $\frac{3}{4}$ do comércio intra-regional. As exportações extra-Mercosul foram menos dinâmicas, registraram participação declinante nas exportações totais e uma fraca taxa de crescimento no período 1991-1996 (7,3%).

Tabela 01
Comércio intra e extra-Mercosul (em US\$ milhões e em %)

	1991	1992	1995	1996	1997	Crescimento 1991/1996	% ao ano 1996/1997
Exportações							
Total	45 910,6	54 162,4	70 401,4	74 997,6	83 071,0	10,3	10,8
Intra (%)	11,1	18,5	20,4	22,7	24,3	27,3	18,5
Extra (%)	88,9	81,5	79,6	77,3	75,7	7,3	8,5
Importações							
Total	32 140,0	47 822,7	75 311,0	83 216,7	99 790,0	21,0	19,6
Intra (%)	15,9	19,6	18,7	20,5	20,9	27,2	22,5
Extra (%)	84,1	80,4	81,3	79,5	79,1	19,6	19,2
Volume do Comércio							
Total	78 050,6	101 935,2	145 712,3	158 214,3	182 861,0	15,2	15,6
Intra (%)	13,1	19,1	19,5	21,6	22,4	27,3	19,9
Extra (%)	86,9	80,9	80,5	78,4	77,6	12,8	14,4
Balança Comercial							
Extra	13 770,6	6 339,70	- 4 909,6	-8 219,1	-16 719,0		

Fonte: IDB-INTAL(janeiro-julho/1998)

A segunda está associada ao forte crescimento das importações intra-regionais assim como extra-regionais tendo em vista a liberalização das trocas e a sobrevalorização das moedas nacionais. As importações no interior do Mercosul representaram 15,9% em 1991 e 20,5% em 1996. As estatísticas para o ano de 1997 confirmam essa tendência crescente (20,9%). A taxa de crescimento das importações alcançou o nível de 27,2% naquele período.

No que se refere às importações vindas do resto do mundo, elas foram igualmente bastante dinâmicas, apesar da fraca redução de suas participações nas importações totais: estas passaram de 84,1% em 1991 para 79,1% em 1996. Entre 1991 e 1996, as importações extra-regionais cresceram cerca de 20%.

Esse crescimento bastante elevado das importações extra-regionais, enquanto as exportações extra-regionais evoluíram lentamente, engendrou importantes déficits na balança comercial. De um excedente comercial de 13.700 milhões de dólares em 1991 passou-se para um déficit comercial de 16.719 milhões de dólares em 1997. Esses déficits são relativos a todos os países membros do Mercosul, notadamente a Argentina e o Brasil(1).

Tabela 02
Brasil e Argentina: Balança Comercial intra-zona e extra-zona (US\$ milhões)

	Argentina					Brasil				
	1990	1995	1996	1997	1998	1990	1995	1996	1997	1998
Balança Comercial										
Total	8 271	894	55	-838	-2 079	10 773	-3078	-5 511	-3 397	-2 047
Intra-zona	995	2 025	2 121	746	300	-998	-667	-839	-452	-173
Extra-zona	7 316	-1 130	-2 067	-1 584	-2379	11 771	-2 411	-4 703	-2 945	-1 874

Fonte: IDB-INTAL(janeiro-junho, 1997)

Após a crise do plano de estabilização brasileiro em 1999, as estatísticas mais recentes revelam queda do comércio intra-Mercosul e extra-Mercosul. Nesse processo, observa-se que o decréscimo mais importante nas trocas ocorre no interior do Mercosul do que no comércio com outros países. A queda da atividade econômica em toda a região, em razão da crise, afetou o comércio intra-Mercosul e as importações extra-Mercosul, enquanto a desvalorização da moeda brasileira foi favorável às exportações extra-Mercosul. Contudo, apesar da desvalorização, os déficits extra-Mercosul permaneceram.

Constatamos o peso importante e crescente do comércio intra-Mercosul e que as importações extra-Mercosul estavam mais dinâmicas do que as exportações. Levantamos a hipótese segundo a qual a existência de países menos avançados tecnologicamente e de países inseridos em uma economia baseada no conhecimento é suscetível de dar conta da fabricação de produtos pertencendo a variedades diferentes. Nessas condições, este tipo de comércio pode indicar uma divisão qualitativa de trabalho. Dessa forma, *a alta qualidade implica mais despesas em P&D, uma melhor qualificação da mão-de-obra, uma organização específica dos procedimentos internos das firmas, custos fixos de publicidade, etc. Ela se traduz, pois, em custos de produção e preços muito elevados. A especialização de uma país em tal ou tal variedade tem conseqüências em termos de distribuição de renda, de catching up econômico ou de custos de produção* (Fontagné & Freudenberg, 1999).

A fim de compreender esta eventual divisão qualitativa do trabalho entre os países membros do Mercosul e entre estes últimos e os países desenvolvidos, três tipos de classificação de produtos tomando por base o binômio preço-qualidade são definidos (baixa classificação, média classificação e alta classificação). Os produtos de alta classificação são aqueles pelos quais a concorrência se

Tabela 03
Comércio intra e extra Mercosul (US\$ milhões) (%)

	Janeiro-maio 1998-1999 (%)
Exportações	
Total	-15,8%
Intra-zona	-28,1%
Extra-zona	11,8%
Importações	
Total	-22,2%
Intra-zona	-28,1%
Extra-zona	-20,6%
Balança Comercial	
Janeiro-maio 1998	- 4 656,0
Janeiro-maio 1999	- 1 956,0

Fonte: IDB-INTAL (1999)

estabelece notadamente pela diferenciação. Estes *colocam a qualidade como atributo primordial aos produtos ofertados pela firmas assim como os prazos de entrega e os serviços associados aos produtos*, e dão menor importância aos preços. Entretanto, *quanto mais se desce na classificação de produtos, mais seus custos de produção jogam papel decisivo* (Pottier, 1996).

Os impactos desta nova divisão do trabalho no comércio intra-Mercosul e extra-Mercosul são significativos. A divisão qualitativa do trabalho pressupõe não somente uma troca inter-setorial originária de uma dinâmica de vantagens comparativas, mas igualmente uma troca intra-setorial entre os países desenvolvidos posicionados na alta qualidade e os países do Mercosul especializados na baixa qualidade, e entre países membros do Mercosul posicionados na baixa qualidade.

Observa-se que o crescimento do comércio intra-regional acompanha-se de mudanças na composição do comércio, refletindo esta nova divisão do trabalho. As exportações intra-Mercosul concentram-se essencialmente em bens manufaturados de baixa/média classificação, enquanto as exportações extra-Mercosul evoluem em direção aos produtos primários, apesar de uma participação ainda importante de produtos manufaturados.

Tabela 04
Mercosul: composição das exportações (1991/1996) (%)

Categoria	Mercosul		Outros países		Total	
	1991	1996	1991	1996	1991	1996
Produtos Alimentares	28,2	25,0	13,6	42,5	15,8	38,5
Commodities agrícolas	4,8	3,1	6,4	4,9	6,2	4,5
Petróleo e combustíveis	3,6	9,8	3,4	3,3	3,4	4,8
Minerais e metais	3,5	2,3	15,3	8,3	13,6	6,9
Produtos manufaturados	59,8	59,8	61,2	41,0	61,0	45,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IDB-INTAL (julho-dezembro 1997)

Nota: Produtos alimentares(CUCI 0+1+4+22); Commodities agrícolas (CUCI 2-(22+27+28));
Petróleo e combustíveis (CUCI 3); Minerais e Metais (CUCI 27+28+68)

Entre 1991 e 1996, a participação das exportações de produtos manufaturados intra-Mercosul, permaneceu em torno de 60% das exportações totais intra-Mercosul enquanto a participação das exportações totais extra-Mercosul baixou sensivelmente (passou de 61,21% em 1991 para 41% em 1996). No que se refere aos produtos não-manufaturados, observa-se que, de uma maneira geral, a participação das exportações para o exterior do Mercosul nas exportações totais é mais importante do que as exportações no interior daquele bloco.

Fazendo-se a mesma análise, levando em consideração a intensidade fatorial dos produtos manufaturados, constata-se que a participação das exportações intra-regionais de produtos intensivos em capital e tecnologia cresceu, passando de 74,9% em 1991 para 79,8% em 1996, enquanto a participação das exportações extra-regionais diminuiu, passando de 72,1% para 68,9% em 1996.

Para os produtos manufaturados intensivos em recursos naturais, constata-se uma progressão das exportações extra-Mercosul e uma diminuição das exportações intra-Mercosul. Para os produtos intensivos em mão-de-obra não qualificada, observa-se uma regressão da participação das exportações extra-Mercosul assim como das exportações intra-Mercosul. Entretanto, a parte destas últimas é menos elevada que a das primeiras.

Tabela 05
Mercosul: composição das exportações de produtos manufaturados segundo a intensidade fatorial (%)

Tipos de produtos manufaturados	Mercosul		Outros países		Total	
	1991	1996	1991	1996	1991	1996
Intensivos em recursos naturais	10,7	11,1	8,4	20,8	8,7	17,9
Intensivos em mão-de-obra não qualificada	14,4	9,1	19,5	10,2	18,7	9,9
Intensivos em tecnologia e mão-de-obra qualificada	74,9	79,8	72,1	68,9	72,5	72,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IDB-INTAL (julho-dezembro 1997)

Nota: Produtos manufaturados intensivos em recursos naturais (CUCI, 52+56+63+64+66),
Produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra não qualificada (CUCI, 61+65+82+83+84+85);
produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra qualificada e tecnologia (o resto exceto 68)

No que se refere às importações, as importações intra-Mercosul como também as importações extra-Mercosul estão essencialmente concentradas nos produtos intensivos em tecnologia e em mão-de-obra qualificada. Uma diferença importante deve ser ressaltada: as importações com o resto do mundo concentram-se nos produtos de alta qualidade, enquanto as importações para o Mercosul são fundamentalmente de produtos de baixa/média qualidade.

Enfim, uma constatação relativa às trocas dos países membros do Mercosul revela deterioração de suas relações comerciais com outros países. A redução importante dos preços das principais *commodities* de exportação expressa a amplitude desse processo. Observa-se que todos os produtos citados na Tabela 6, com exceção de cacau e pimenta, apresentam forte redução de seus preços internacionais.

Tabela 06
Preços internacionais das principais *commodities* de exportação do Mercosul

Commodities de exportação	Países	Índice de preços internacionais em 1998*	
		Base 1994 =100	Base 1990 =100
Alumínio	Brasil	92,0	82,8
Ferro	Brasil	88,6	83,2
Carne	Todos os países	74,0	59,8
Pimenta	Brasil	231,3	396,4
Cacau	Brasil	134,3	153,3
Cafê	Brasil	85,0	207,7
Soja	Todos os países	97,1	99,5
Açúcar	Brasil	78,9	65,1
Trigo	Argentina e Uruguai	98,8	85,2

Fonte: IMF extraído de Saha S.K.(2000)

*Calculado em dólares

O caso brasileiro: participação crescente das trocas regionais cruzadas de produtos de baixa média qualidade e de importações de produtos de alta qualidade

O fluxo de comércio brasileiro durante os anos 1980 demonstrou que, de uma maneira geral, a economia brasileira tinha acumulado maior *déficit* com as regiões nas quais se localizam os países desenvolvidos, enquanto tinha obtido excedente com os países em desenvolvimento. Até 1994, tendo em conta a conjuntura de estagflação e a política de desvalorização da moeda nacional, o Brasil apresentou excedentes comerciais com as quatro regiões analisadas. Contudo, o plano de estabilização inverteu essa tendência. País anteriormente superavitário, o Brasil torna-se *déficitário*, notadamente com as regiões que congregam países desenvolvidos. Os *déficits* com essas regiões concentram-se essencialmente nos bens manufaturados, enquanto os superávits estão concentrados nos bens primários e semi-elaborados.

Os *déficits* comerciais resultam evidentemente do processo de sobrevalorização da moeda brasileira que estimulou as importações em detrimento das exportações. Contudo, eles são conseqüência sobretudo do processo de reestruturação do aparelho produtivo brasileiro que produziu um processo de racionalização da produção.

O efeito combinado de uma política de estabilização monetária e de liberalização comercial e financeira intensificou o movimento de reestruturação do aparelho produtivo já engajado nos três primeiros anos da década, conduzindo a *déficits* na balança comercial do País.

A alta do coeficiente acentuou-se muito mais nas indústrias intensivas em tecnologia (bens de capital, bens intermediários elaborados). Essas indústrias importam notadamente produtos de mais alta tecnologia enquanto elas produzem localmente bens de mais baixa tecnologia.

No que se refere à indústria intensiva em recursos naturais (certos bens intermediários) e mão-de-obra (bens de consumo não-duráveis), este coeficiente cresce em amplitude menor. Entretanto, a produção de certos segmentos, como o têxtil, vestuário e calçados apresentou coeficiente de importação muito elevado, revelando uma verdadeira substituição da produção local por importações.

O crescimento de produtos importados não foi compensado pelo aumento das exportações. As estatísticas revelam para a indústria intensiva em tecnologia uma evolução do coeficiente de exportação, notadamente depois das medidas de ajustamento adotadas a fim de frear o consumo e impedir a retomada da inflação. Esta evolução é, contudo, inferior àquela do coeficiente de importação. Um duplo processo de desengajamento produtivo e de *déficit* na balança comercial confirma-se. Enquanto o crescimento médio do produto interno bruto estava fraco, as importações aumentaram e as exportações pouco evoluíram.

Tabela 07
Fluxo comercial brasileiro, segundo o destino (US\$ milhões)

		América Latina e Caribe	Ásia	União Européia	Nafta	Outros Países
1992	Exportação	8 148	7 116	10 730	8 591	951
	Importação	4 236	5 104	5 262	6 298	1 438
	Balança Comercial	3 912	2 012	5 468	2 293	(487)
1993	Exportação	9 764	7 556	9 962	9 458	1 555
	Importação	5 303	5 927	6 459	7 337	2 262
	Balança Comercial	4 461	1 629	3 503	2 121	(707)
1994	Exportação	10 598	8 276	11 812	10 441	1 504
	Importação	7 281	6 643	9 760	9 453	2 368
	Balança Comercial	3 317	1 633	2 052	988	(864)
1995	Exportação	10 724	9 660	12 912	9 555	2 767
	Importação	11 323	9 563	14 980	14 812	3 050
	Balança Comercial	(599)	97	(2 068)	(5 257)	(283)
1996	Exportação	11 690	8 679	12 836	10 497	4 722
	Importação	11 723	9 263	13 945	13 913	4 377
	Balança Comercial	(33)	(584)	(1 109)	(3 416)	345
1997	Exportação	14 711	8 765	14 513	10 818	5 009
	Importação	13 498	10 583	16 316	16 978	5 139
	Balança Comercial	1 213	(1 818)	(1 803)	(6 160)	(130)
1998	Exportação	14 313	6 795	14 744	11 411	4 859
	Importação	12 504	8 724	16 862	15 862	4 615
	Balança Comercial	1 809	(1 929)	(2 075)	(4 451)	244

Fonte: Averburg A(1999)

No contexto de abertura comercial, as empresas não estão mais submetidas a medidas regulamentares para aumentar o conteúdo nacional de sua produção. A busca de ganhos de produtividade e de competitividade estimula-as a suprimir as atividades julgadas insuficientemente competitivas.

A progressão da importação de insumos, sobretudo os insumos sofisticados, no aparelho industrial, testemunha a fragilidade em termos de relações intra-industriais. À medida que a importação de insumos estratégicos cresce, a participação dos componentes nacionais na produção local diminui, provocando uma intensificação da desverticalização e, conseqüentemente, impactos negativos sobre o potencial de crescimento industrial.

Tabela 08
Coeficiente : Importação (m) e Exportação (x) (1993-1998)

	1993		1994		1995		1996		1997		1998	
	x	m	x	m	x	m	x	m	x	m	x	m
Bens de capital	13,1	23,8	14,5	28,0	15,3	39,0	18,9	46,9	22,6	54,8	24,2	57,0
Bens de capital, Equipamentos de transporte	14,4	9,0	12,5	11,6	9,6	14,9	11,1	12,9	14,3	16,5	20,4	22,6
Bens intermediários Elaborados	14,7	10,1	15,1	12,2	16,8	16,9	16,9	17,8	16,6	19,7	16,5	20,8
Bens de consumo Duráveis	14,8	11,6	13,2	12,3	12,4	16,8	16,7	14,3	18,5	19,8	24,9	32,7
Bens de consumo não duráveis	10,2	3,7	9,2	4,4	10,3	7,2	10,4	7,0	10,2	7,9	10,1	8,1
Bens intermediários	10,6	8,8	11,8	7,5	12,5	10,3	10,6	11,4	10,4	12,2	10,1	10,4
Total da indústria	12,5	9,2	12,2	10,6	12,7	15,1	13,0	15,8	13,7	18,4	14,8	19,3

Fonte: Moreira M.M.(1999)

As atividades suprimidas são aquelas cuja competitividade não-preço, que repousa na formação de um sistema nacional de inovação, exerce papel essencial no seu desempenho. Por outro lado, as atividades mantidas são essencialmente concentradas na importância dos custos de produção.

No caso brasileiro, as vantagens que estimulam a competitividade são cada vez mais vantagens comparativas clássicas (mão-de-obra barata, recursos naturais). É por isso que a procura da competitividade no plano interno está concentrada nos ganhos de produtividade a partir dos ajustes sobre o emprego e os salários. A especialização do País em atividades onde a competitividade baseada no preço joga papel essencial tem incidência importante na estrutura comercial brasileira.

Grande parte das trocas do Brasil com o mundo efetua-se, pois, sob forma unívoca, isto é, sob a forma de importação ou de exportação sem que o fluxo no sentido contrário tenha nível significativo. As exportações de produtos primários têm ainda forte inserção no comércio mundial. A outra parte decorre principalmente do comércio cruzado e se reparte entre as trocas de qualidade (comércio cruzado em diferenciação vertical) e as trocas de variedade (comércio cruzado baseado em produtos similares de baixa/média qualidade) com outros países do Mercosul, cuja tendência é crescente. O comércio cruzado cresce mais em diferenciação horizontal do que em diferenciação vertical.

Esta configuração é confirmada pelas estatísticas do comércio com os outros membros do Mercosul e com o resto do mundo (IDB-INTAL, janeiro-junho 1997)¹. Considerando o comércio recente intra-Mercosul e extra-Mercosul do Brasil, observa-se que, para o período 1990-1996, as exportações brasileiras, notadamente de bens manufaturados, em direção a outros países do Mercosul cresceram em 33,3% enquanto as exportações, sobretudo de produtos primários, em direção ao resto do mundo aumentaram apenas 5%. A participação das exportações intra-Mercosul nas exportações totais para o período 1990-1998 aumentaram 24,3%. No que se refere às importações intra-Mercosul do Brasil para o período 1990-1996, observa-se um aumento de 23,6%, enquanto suas importações extra-Mercosul cresceram em 16,3%. Essas importações engendraram *déficits* importantes na balança comercial brasileira.

A progressão das exportações com outros países do Mercosul acompanha-se de uma evolução da participação dos bens manufaturados. Por outro lado, as exportações orientadas para conjuntos regionais desenvolvidos e o Japão estão concentradas em produtos primários ou semi-elaborados.

O Quadro 2 indica os principais produtos de exportação do Brasil, segundo o destino.

Quadro 02

Brasil: especialização das exportações por grupos de produtos segundo o destino*

	União Européia	Exportações do Brasil		Japão
		Nafta	Mercosul	
1	Resíduos	Calçados	Produtos Plásticos	Alumínio
2	Petróleo	Aviões	Borracha	Produtos minerais
3	Produtos derivados de carne	Frutas	Veículos	Produtos químicos
4	Frutas	Gás	Produtos químicos	Carne
5	Couro	Cacau	Têxteis	Produtos alimentícios
6	Tabaco	Máquinas elétricas	Máquinas elétricas	Petróleo

Fonte: IDB-INTAL (janeiro-junho 1997)

Observa-se forte participação dos veículos automotivos (87%), assim como das máquinas e equipamentos elétricos (85%), entre os principais produtos de exportação do Brasil para o Mercosul. Para os outros blocos econômicos, as exportações de produtos primários e semi-elaborados (alumínio, frutos, tabaco, minerais) são largamente dominantes.

Estatísticas para o período janeiro-maio 1999 confirmam a tendência das exportações industriais concentraram-se no Mercosul, enquanto os produtos primários e semi-elaborados são destinados para as regiões que congregam os países desenvolvidos.

Tabela 09
Brasil: exportações por região e por categoria de produtos

Categorias e destino	Janeiro-maio 1999	
	(US\$ milhões)	Participação(%)
Total das exportações	18 133	100,0
Produtos primários	4 552	100,0
Mercosul		3,4
União Européia		54,8
Estados Unidos		8,5
Ásia		17,6
Outros		15,7
Produtos semi-acabados	3 023	100,0
Mercosul		2,8
União Européia		28,3
Estados Unidos		25,3
Ásia		23,2
Outros		20,4
Produtos manufaturados	10215	100,0
Mercosul		23,0
União Européia		21,6
Estados Unidos		27,9
Ásia		5,7
Outros		21,8

Fonte: IDB-INTAL (1999)

As trocas entre o Brasil e o Mercosul: um comércio cruzado importante

A dinâmica do comércio intra-Mercosul resulta principalmente da forte progressão das trocas intra-setoriais. A Tabela 10 demonstra as trocas intra-setoriais entre o Brasil e o Mercosul e os países desenvolvidos. Observa-se clara progressão das trocas cruzadas entre o Brasil e os outros países membros do Mercosul. Essas trocas passaram de 27% em 1990 para 40% em 1996. Grande parte dessa progressão está associada à importância do comércio cruzado entre Brasil e Argentina. Em 1996, 45% das trocas bilaterais entre esses dois países no total de 873 produtos foram intra-setorial. Por outro lado, o comércio cruzado entre o Brasil e os países desenvolvidos está em nítida regressão nos anos 1990.

Esses resultados parecem indicar um desenvolvimento do comércio intra-setorial baseado na diferenciação horizontal entre Brasil e Mercosul e uma diminuição das trocas em diferenciação vertical entre o Brasil e os países desenvolvidos.

A progressão do comércio intra-setorial entre o Brasil e a Argentina acompanha-se da participação mais acentuada dos produtos manufaturados, notadamente a indústria de material de transporte e máquinas elétricas.

Tabela 10
Brasil: comércio intra-setorial (CII) *

	1990	1993	1994	1995	1996
Alemanha					
CII	0,25	0,24	0,19	0,18	0,19
Número de produtos	468	563	580	569	556
Argentina					
CII	0,41	0,41	0,48	0,43	0,45
Número de produtos	480	676	746	865	873
Estados Unidos					
CII	0,23	0,22	0,22	0,21	0,21
Número de produtos	787	952	952	925	915
França					
CII	0,19	0,19	0,18	0,19	0,17
Número de produtos	284	355	424	402	391
Inglaterra					
CII	0,24	0,21	0,24	0,24	0,22
Número de produtos	277	380	412	394	402
Itália					
CII	0,29	0,24	0,24	0,14	0,14
Número de produtos	325	439	467	457	466
Japão					
CII	0,08	0,07	0,09	0,08	0,11
Número de produtos	235	325	340	354	369
Mercosul					
CII	0,27	0,30	0,35	0,38	0,40
Número de produtos	712	846	906	1 054	995
União Européia					
CII	0,24	0,20	0,21	0,19	0,19
Número de produtos	826	962	1 003	993	998

Fonte: Sobeet (1999)

A Tabela 11 faz, por exemplo, transparecer progressão importante no comércio bilateral da indústria de material de transporte. A participação dessa indústria era de 6,1% em 1990 e passou para 22% em 1996. No que se refere à indústria de bens de equipamento elétrico, a participação representa 12,2% em 1990 e passa para 12,7% em 1996, depois de ter alcançado 14,6% em 1993. De outro lado, a participação de certos produtos primários, que revela sobretudo fluxo fundamentado nas vantagens comparativas, reduziu-se.

Esta dinâmica do comércio intra e extra-Mercosul explica-se principalmente pelo fato de uma grande parte do comércio intra-setorial realizado na economia brasileira ser igualmente intra-firma e resulta de investimentos realizados pelas firmas multinacionais nas indústrias intensivas em tecnologia.

Tabela 11
Brasil e Argentina: comércio bilateral

Setores	US\$ milhões			% Total		
	1990	1993	1996	1990	1993	1996
Material de transporte	125,2	1 386,7	2 624,5	6,1	21,8	22,0
Máquinas elétricas	250,0	932	1 514,4	12,2	14,6	12,7
Produtos químicos	303,5	664,9	1 319,1	14,8	10,5	11,0
Produtos metalúrgicos	105,5	412,5	588,7	5,1	6,5	4,9
Têxteis e vestuário	62,5	238,0	692,5	3,0	3,7	5,8
Produtos minerais	146,2	718,8	1 433,2	7,1	11,3	12,0
Produtos alimentares	72,4	151,7	414,4	3,5	2,4	3,5
Papel e celulose	63,9	213,4	359,8	3,1	3,3	3,0
Produtos vegetais	590,2	978,1	1 606,6	28,7	15,3	13,5
Produtos animais	185,3	215,8	573,0	9,0	3,4	4,8
Total dos 10 setores	1 904,7	5 911,8	11 126,2	92,6	92,8	93,2
Total do comércio	2 053,8	6 376,1	11 944,7	100,0	100,0	100,0

Fonte: IDB-INTAL (janeiro-junho 1997)

O Reforço dos Desequilíbrios na Balança Comercial Brasileira, Ocasionado pelas Multinacionais

Os investimentos multinacionais são majoritariamente orientados para operações de:

- > reestruturação das firmas multinacionais precedentemente instaladas, implicando uma combinação estratégica de mercado e de racionalização da produção. Em consequência, as firmas tornam-se fortemente importadoras, enquanto elas se interessam sobretudo pelo mercado interno/regional.
- > fusões/aquisições das firmas nacionais e públicas, seguidas de reestruturação, conduzem igualmente a efeitos importantes sobre as importações.

Essas novas estratégias das multinacionais, no contexto de retomada do investimento direto estrangeiro, contribuem para reforçar a dinâmica comercial da economia brasileira. Como resultado, constata-se um desenvolvimento importante das trocas, elevando o coeficiente de importação das filiais. Para os produtos sofisticados, as firmas multinacionais vão escolher exportações como meio privilegiado de tirar partido do mercado emergente brasileiro. Em razão da forte seletividade na localização dos sítios, a fabricação desses produtos aparece secundária, as exportações tornando-se prioritárias.

O comércio intra-firma que resulta permite à filial produtiva exercer igualmente funções de comercialização. As filiais oferecem ao mercado interno uma gama completa de produtos. Um processo combinado de desverticalização e de especialização, implicando em um desengajamento produtivo importante, impõe-se. As filiais são obrigadas a se concentrar nas atividades mais competitivas (*core competences*).

Essas atividades são aquelas nas quais a competitividade preço é essencial. É por esta razão que o custo e a qualificação da mão-de-obra constituem atualmente vantagens comparativas importantes da economia brasileira. Neste sentido, as multinacionais estimam que a utilização de processos de produção mais modernos com forte valor agregado nessas atividades ordinárias torna-se imperativa para realizar ganhos de produtividade comparáveis àqueles constatados nos países desenvolvidos.

Esta dinâmica revela contudo desempenhos industriais muito diferentes. Certas unidades de produção combinam reestruturação e retomada do investimento, enquanto outras estão inseridas em uma lógica de produção mínima, ou até mesmo de encerramento das atividades. Para as indústrias de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrônica) e de bens de consumo não duráveis (bebidas, produtos alimentares), observa-se uma taxa de crescimento da produção associada à expansão do mercado interno.

As firmas multinacionais implantadas nessas indústrias apresentam, entretanto, *déficits* comerciais importantes. Estes *déficits*, no momento em que se constata uma retomada de seus investimentos diretos, estão associados ao processo de racionalização empreendido pelas filiais.

As indústrias de bens de capital e de insumos estratégicos têm registrado taxas negativas de crescimento da produção. Observa-se uma fragilização dessas indústrias assim como um aumento excessivo de suas importações. A reestruturação das filiais multinacionais não é acompanhada de novos investimentos. A evolução do comércio externo de certas filiais implantadas confirma esta dinâmica. As filiais deficitárias pertencem ao setor I (presença dominante das firmas multinacionais).

Tabela 12
Desempenho comercial das firmas estrangeiras no Brasil (1989,1992,1997) (US\$ milhões)

Setor	Exportações			Importações			Saldo da Balança Comercial		
	1989	1992	1997	1989	1992	1997	1989	1992	1997
Setor I									
Bens de capital mecânicos	426,3	266,7	532,5	127,0	75,9	333,1	299,3	190,8	199,4
Bens de capital elétricos	53,5	102,5	116,5	79,7	108,3	264,9	-26,2	-5,8	-148,4
Eletrônico	142,4	204,9	320,2	168,7	218,0	1 124,2	-26,3	-13,1	-804,0
Informática	174,9	177,2	84,0	232,4	196,5	401,0	-57,5	-19,3	-317,0
Indústria farmacêutica	30,0	18,8	29,1	70,8	118,2	370,1	-40,8	-104,4	-341,0
Automobilística	1 883,2	2 728,0	3 805,0	537,0	1 257,7	4 407,8	1 346,2	1 470,3	-602,8
Comunicações	56,6	44,8	177,6	70,1	150,5	970,1	22,5	114,7	702,5
Setor II									
Produtos alimentares	497,6	426,6	1 691,8	84,8	89,1	714,9	412,8	337,7	976,9
Indústria Química	293,1	460,7	495,8	475,8	638,3	1 070,7	-182,7	-177,6	-574,9
Papel e Celulose	292,9	269,8	438,1	9,7	9,2	49,9	283,2	260,6	388,2
Siderurgia/metalurgia	469,5	658,1	729,8	69,2	89,4	238,1	400,3	568,7	491,7

Fonte: SECEX extraído de Laplane M. & Sarti F (1999)

Nessas filiais, a substituição de segmentos produtivos da indústria por produtos de origem externa tem ocorrido em proporção superior à expansão da exportação dos segmentos que continuam sendo produzidos localmente. As indústrias superavitárias são precisamente as indústrias intensivas em recursos naturais (*resource seeking*) que exportam sobretudo produtos incorporando baixo valor agregado.

As estatísticas do comércio entre filiais e o país de sua matriz confirmam igualmente este duplo processo de especialização/desverticalização. No comércio entre países de origem da matriz e suas filiais, estas últimas importam muito mais do que exportam. A diferença para mais de importação de filiais estrangeiras explica-se pela atividade comercial de revenda, assim como pela introdução na produção de componentes produzidos pelo grupo.

Tabela 13
Brasil: coeficiente do comércio entre filial e os países de
origem de suas matrizes* (1989,1992,1997) (%)

Setor	Exportações			Importações		
	1989	1992	1997	1989	1992	1997
Setor I						
Bens de capital mecânicos	26,98	39,63	22,36	79,06	83,56	82,93
Bens de capital elétricos	16,60	30,56	15,51	35,39	28,67	22,97
Eletrônico	57,82	30,76	35,73	63,93	63,20	31,04
Informática	16,70	38,73	27,63	84,79	90,04	50,07
Indústria farmacêutica	41,38	9,17	18,42	52,37	42,34	28,07
Automobilística	43,06	22,94	22,42	52,66	53,11	34,64
Comunicações	29,59	6,37	3,62	80,88	68,12	68,43
Setor II						
Produtos alimentares	5,70	8,39	3,99	47,88	55,35	20,93
Indústria Química	35,77	14,23	18,57	59,45	59,45	48,27
Papel e Celulose	38,22	22,43	30,05	52,80	46,38	61,87
Siderurgia/metalurgia	13,27	2,90	1,66	31,13	26,89	36,15

Fonte: SECEX extraído de Laplane M. & Sarti F (1999)

No quadro do Mercosul, essas multinacionais reforçam as trocas em diferenciação horizontal entre a Argentina e o Brasil. A análise da evolução do comércio intra-firma no interior desse bloco efetuada pelas filiais das firmas multinacionais implantadas no Brasil revela um aumento do coeficiente de importação, o qual passa de 6,2% em 1987 para 14,4% em 1997, enquanto o coeficiente de exportação progride de 2,5% em 1987 para 32,3% em 1997.

Essas firmas contribuem igualmente para as trocas em diferenciação vertical na medida em que as multinacionais importam produtos de alta qualidade enquanto exportam de baixa/média qualidade. As estratégias de especialização nas atividades menos valorizadas colocadas em prática pelo conjunto das filiais das firmas estrangeiras nesses países conduzem a essa configuração. Este tipo de comércio não faz parte, contudo, das estratégias das multinacionais, tendo em conta que essas últimas procuram muito mais explorar o mercado interno/regional do que exportar produtos de baixa/média qualidade para os países desenvolvidos.

Tabela 14
Brasil: comércio intra-firma no interior do Mercosul de empresas multinacionais
(1987,1992,1997)(%)

	1987	1992	1997
Coeficiente de exportação intra-Mercosul	2,5	25,6	32,3
Coeficiente de importação intra-Mercosul	6,2	12,7	14,4

Fonte: Laplane M&Sarti

De fato, observa-se para certas indústrias nas quais as firmas multinacionais predominam, tais como automobilística, uma estratégia de especialização e de complementaridade na qual o comércio cruzado no interior do Mercosul assim como as importações extra-Mercosul são significativamente presentes.

Notas conclusivas

Apreende-se deste artigo que as trocas entre Brasil e os países membros do Mercosul, particularmente entre Brasil e Argentina, evoluem para produtos manufaturados, enquanto as exportações para outros países, que são muito dinâmicos, progridem para produtos primários e semi-elaborados pouco intensivos em tecnologia.

Entretanto, a produção brasileira de produtos manufaturados comercializados com outros membros do Mercosul está baseada na baixa qualidade e se caracteriza pela forte dependência das importações de bens intermediários e de bens de equipamento sofisticados originários de países desenvolvidos. Essas importações, combinadas aos aumentos das compras de bens de consumo sofisticados, contribuíram para que as importações extra-regionais fossem muito mais dinâmicas do que as exportações extra-regionais.

Essas importações engendram evidentemente uma modernização do aparelho produtivo brasileiro na medida em que os avanços tecnológicos recentes estão incorporados a esses bens, o que produz para certas indústrias um processo de *catching up* tecnológico. Além disso, no contexto de sobrevalorização da moeda, o custo unitário dessas importações diminui, o que significa certo progresso técnico *capital saving*.

As significativas importações resultam da liberalização das trocas que impede esse País de continuar produzindo bens cujas especificidades seriam diferentes daqueles dominantes nos países desenvolvidos. A escolha das técnicas, que ainda era possível no período de substituição de importações, é cada vez mais limitada. Observa-se, pois, um processo de padronização dos produtos.

Essa dinâmica provoca efeitos importantes no aparelho produtivo. O recuo de certas indústrias que produzem com alto conteúdo tecnológico, como a indústria de bens de equipamento, e a modernização de outras indústrias, como a indústria automobilística, implicam o abandono de certas atividades que produzem alto valor agregado. Em razão da busca incondicional de competitividade, imperativa no contexto de concorrência acirrada, as empresas compram certos produtos que exigem fatores de competitividade não-preço, não disponíveis nesses países.

A dinâmica comercial da economia brasileira constitui, assim, fonte maior dos desequilíbrios na balança comercial. Além da sobrevalorização da moeda, constatada nos anos 1990, é a especialização baseada na baixa qualidade e no baixo conteúdo tecnológico que engendra *déficits* estruturais na balança comercial. A prova disso é evidenciada quando ocorre uma desvalorização da moeda e os excedentes comerciais obtidos são menos significativos do que os *déficits* quando da sobrevalorização.

Nesse processo, a estratégia e a organização das firmas multinacionais jogaram papel decisivo. Essas firmas beneficiaram-se do processo de liberalização comercial para utilizar técnicas avançadas nas suas unidades produtivas implantadas na economia brasileira. Em consequência, os hiatos tecnológicos reduziram-se o que implicou sensível redução das defasagens de produtividade entre as filiais implantadas nos países desenvolvidos e aquelas situadas no Brasil.

Em face da homogeneização das técnicas de produção, as firmas tiram proveito do espaço brasileiro especializando-se na produção para o mercado interno regional de bens padronizados de baixa/média classificação no qual os custos de trabalho são essenciais, enquanto importam os bens mais sofisticados. Esta dinâmica implica desequilíbrio a favor das importações no comércio extra-Mercosul das multinacionais implantadas no Brasil.

É preciso assinalar que a crise brasileira ocorrida em 1999 afetou fortemente o comércio intra-Mercosul das multinacionais. A queda da atividade econômica combinada com a desvalorização da moeda brasileira, em seguida da crise, provocou um processo de realocação das atividades de numerosas empresas, nas quais certas multinacionais, da Argentina em direção ao Brasil. Essa

relocalização foi agravada pela forte dependência das exportações das multinacionais implantadas na Argentina em relação ao mercado brasileiro. De fato, outros motivos são mencionados pelas empresas tais como: incentivos fiscais, custos de produção, serviços mais fracos e favoráveis condições de financiamento público.

Notas

(1) É preciso assinalar que em 1997 a participação das exportações no produto interno bruto da Argentina e do Brasil era inferior àquela dos países desenvolvidos (com exceção dos Estados Unidos) e de certos países emergentes, como a Índia e a China. Enquanto para o Brasil e a Argentina, essa razão era respectivamente 6,7% e 8,2%, para os Estados Unidos era 8,9%, para a Inglaterra 22,1%, para a Alemanha 24,4%, 22,2% para a China e 9,7% para a Índia. Ver a esse respeito Sacha S.K.(2000).

Bibliografia

- Averbug A., “ Abertura e Integração Comercial Brasileira na década de 90 ”, in Giambiagi F. & Moreira M. M., *A Economia Brasileira nos Anos 90*, Rio de Janeiro, BNDES, 1999
- Fontagné L. & Freudenberg M., “Marché unique et développement des échanges ” in *Intégration économique et localisation des entreprises*, Paris, INSEE, 1999
- IDB-INTAL, *Mercosur Report*, Bueno Aires, Inter-American Development Bank, (janeiro-junho) 1997
- IDB-INTAL, *Mercosur Report*, Buenos Aires, Inter-American Development Bank, (julho-dezembro) 1997
- IDB-INTAL, *Mercosur Report*, Bueno Aires, Inter-American Development Bank, (janeiro-julho) 1998
- IDB-INTAL, *Mercosur Report*, Bueno Aires, Inter-American Development Bank, 1999
- IDB/INTAL, “ Impacto do Mercosul na Dinâmica do Setor Automotivo ”, in IDB/INTAL, *Impacto Setorial da Integração no Mercosul*, Buenos Aires, Inter-American Development Bank, Special Report, 2000
- Laplane M & Sarti F, *Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial*, Brasília, IPEA, 1999 TD 629.
- Moreira, C. A. L., “Una reflexão sobre a dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil num contexto de liberalização comercial e desregulação financeira”, in: *XIV Congresso Brasileiro de Economistas*, Recife, 2001
- Moreira, C. A. L. et alii, “A concorrência pela localização de investimentos estrangeiros no Brasil” in : Reis C. N. (org.), *América Latina : crescimento no comércio mundial e exclusão social*, Porto Alegre, Da Casa Editora, 2001
- Moreira, C. A. L. *Les transformations de l’investissement direct étranger et leurs conséquences sur le secteur manufacturier au Brésil*, Paris, Tese de doutorado, 2000
- Moreira M. M. (1999), “ Estrangeiros em uma economia aberta : impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior ”, in Giambiagi F. & Moreira M. M., *A Economia Brasileira nos Anos 90*, Rio de Janeiro, BNDES.
- Sacha S. K. (2000), “Mercosul, Competitividade e Globalização” in Lima M. C. & Almeida de Medeiros M. *O Mercosul no limiar do Século XXI*. São Paulo, Cortez Editora.
- SOBEET, (1999), *Nota Sobre as Relações Intra-Setoriais no Comércio externo Brasileiro – 1980-1996*. Ano 2, nº 12.
- Poittier C. (1996), “ Coût du travail, délocalisation et intégration mondiale de la production par les firmes ”, in *Mondes en développement*, tomo 24.

